

**Nº 54**

**SETE HIPÓTESES  
SOBRE OS  
PROCESSOS DE  
REGIONALIZAÇÃO  
E A INTEGRAÇÃO  
DO CONE SUL**

**Pedro Motta Veiga**

**Junho de 1991**

TEXTO PARA DISCUSSÃO

SETE HIPÓTESES SOBRE OS PROCESSOS DE  
REGIONALIZAÇÃO E A INTEGRAÇÃO DO CONE SUL

Pedro Motta Veiga (\*)

JUNHO/1991

(\*) da Funcex e do Grupo de Análise sobre a Integração do Cone Sul

## RESUMO

O trabalho apresenta algumas hipóteses sobre as tendências do processo de regionalização — a formação de espaços econômicos unificados — e, em especial, sobre a constituição do Mercosul.

O espaço supranacional (a região) aparece como a instância prioritária de gestão da interdependência e a regionalização passa a envolver não somente países com razoável grau de homogeneidade econômica e social, mas também países com níveis de desenvolvimento muito distinto.

Configura-se um ambiente internacional bastante distinto do que prevalecia no momento da assinatura dos Acordos de Integração Argentina-Brasil, em 1986. Há, nestes países, projetos de inserção internacional e de integração potencialmente concorrentes com aqueles acordos e, qualquer que seja a evolução da situação atual, o modelo de integração do Cone Sul será necessariamente mais "aberto ao mundo" do que se concebia anteriormente.



## Í N D I C E

	Pág.
- Hipóteses 1 .....	01
- Hipóteses 2 .....	03
- Hipóteses 3 .....	07
- Hipóteses 4 .....	09
- Hipóteses 5 .....	11
- Hipóteses 6 .....	12
- Hipóteses 7 .....	14

A partir da evolução recente da economia mundial, é possível elaborar algumas hipóteses acerca, tanto das relações entre globalização e regionalização — esta última entendida como a tendência à constituição de espaços econômicos supra-nacionais — quanto dos processos de regionalização em curso no continente americano. Tais hipóteses configuram um cenário genérico das ameaças e das oportunidades que os anos 90 reservam para os esforços de integração econômica no Cone Sul do continente.

• Hipótese 1: no bojo dos processos que, ao longo dos anos 80, levaram à "fadiga" do GATT e ao acirramento dos conflitos comerciais bilaterais, a formação de espaços econômicos supra-nacionais — a regionalização — tende a se consolidar como a forma dominante de gestão da interdependência.

O desgaste do multilateralismo e os elevados custos políticos e econômicos associados ao recurso prioritário a medidas unilaterais de política comercial, por parte dos diferentes países, ampliam o escopo para as iniciativas de constituição de acordos preferenciais de comércio, zonas de livre comércio, uniões aduaneiras, que — com graus variados de efetividade — se estabelecem em todos os continentes.

O fato de que o aprofundamento da interdependência entre as economias nacionais se dê simultaneamente à redistribuição internacional do poder econômico, à emergência de um regime multipolar de facto e à difusão de um novo paradigma industrial e tecnológico, cria — pelo seu potencial de instabilização das configurações e das instituições econômicas a nível na-

cional e internacional — um ambiente propício a posturas defensivas e a políticas protecionistas por parte dos Estados nacionais.

O desenvolvimento do fenômeno da regionalização em um ambiente propício ao protecionismo sugere o cenário de constituição de "blocos comerciais" e de "guerra de blocos", visão no entanto simplista de um futuro próximo em que a questão central, em termos de gestão da interdependência em uma economia mundial multipolar, parece ser menos a administração da globalização do que a gestão da regionalização, ou seja, o gerenciamento das relações (de oposição e de complementariedade) entre as dinâmicas intra "blocos" e inter "blocos".

A força política da regionalização provém de sua capacidade para fornecer aos Estados nacionais uma solução de compromisso entre o "acatamento" do princípio da interdependência, e portanto, do imperativo de se gerarem regras e instâncias de gestão da interdependência — e a administração pragmática dos interesses políticos e econômicos de cada Estado-Nação. Evitam-se os inconvenientes do multilateralismo sem, no entanto, se impedir o funcionamento das instâncias multilaterais. Para alguns estudiosos (Dornbusch, 1991), a regionalização poderia até mesmo funcionar como um fator de aceleração da liberalização multilateral, ao permitir contornar obstáculos a este processo, tais como a lentidão do processo decisório e a baixa capacidade de enforcement, que caracterizariam os organismos multilaterais.

Se o espaço supracional — ou, em nosso caso, a re

gião — aparece como a instância prioritária de gestão da interdependência e dos processos de harmonização de legislações e políticas nacionais, a reciprocidade deverá confirmar, nos anos 90, sua posição de princípio básico de política comercial externa dos agrupamentos regionais.

No bojo da disseminação do fenômeno da regionalização, a complexidade da gestão simultânea de políticas econômicas internas e externas dos agrupamentos regionais reforçará outra tendência que, à semelhança do primado de reciprocidade e a ele associado, emerge de forma incisiva nos 80: a politização das relações econômicas internacionais.

- Hipótese 2: neste início de década, dois grandes eixos comandam crescentemente a estruturação de espaços supranacionais e a difusão da regionalização. São eles:

- o eixo OCDE — A intensificação, nos anos 80, dos fluxos de comércio, investimento e tecnologia no interior da zona OCDE e o processo de harmonização de políticas empreendidos no seio da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico constituem os pressupostos a partir dos quais alguns autores defendem, seja a criação de uma zona de livre comércio e investimento reunindo os países da OCDE e eventualmente os novos países industrializados (NPIs) da Ásia (Hufbauer, 1989 e Lawrence, 1991),

seja a simples continuação dos esforços de liberalização dos fluxos comerciais e de fatores já levados a cabo pela OCDE.

Independente de sua especificação, tais propostas pretendem privilegiar as relações internas à zona OCDE e incentivar a emergência de um cenário cooperativo entre os países que compõem o "ambiente estratégico" da economia mundial (Jacquemin e Sapir, 1990).

Dentro da visão de uma economia mundial multipolar — ou especificamente tripolar — este é o eixo das relações inter-pólos ou inter-blocos. Para Lawrence (1991), "uma coalizão dos principais poderes econômicos poderia atuar como um freio contra a corrida em direção ao comércio administrado ou aos blocos regionais independentes", contrarrestando as tendências centrífugas que decorreriam de um fracasso definitivo nas negociações da Rodada Uruguai.

- o eixo representado pela consolidação dos pólos CEE, América do Norte e Japão. Na realidade, a regionalização ao longo deste eixo envolve dois processos: a constituição do núcleo básico do pólo e a estruturação hierárquica de preferências e de relações privilegiadas entre este núcleo e as diversas economias de "sua" periferia. À medida em que se consolidam internamente, na América do Norte e na CEE, estes núcleos, ganha em importância — na dinâmica de



difusão dos pólos regionais — a institucionalização do relacionamento preferencial entre tais núcleos e agrupamentos ou países "externos". Vale observar que, muitas vezes, o volume e o direcionamento dos fluxos de comércio internacionais já sugerem a existência de relações privilegiadas, embora não necessariamente institucionalizadas.

Segundo Lafay o Unal-Kesenci (1991), a análise empírica dos fluxos de comércio intra e inter-pólos sugere que "os fundamentos de uma organização da economia mundial dentro do quadro de vastas regiões já existem, pois eles correspondem à configuração presente do comércio internacional. Os acordos concluídos entre os Estados, em geral, só fazem reforçar laços privilegiados tecidos pela proximidade geográfica, histórica, cultural ou econômica".

O caso da CEE é ilustrativo do grau de complexidade deste fenômeno, que abrange, de um lado, o relacionamento com a EFTA — Associação Européia de Livre Comércio, reunindo a Áustria, Finlândia, Suécia, Noruega, Islândia e Suíça — já em nível de integração econômica e de especialização intra-ramos indústrias, e de outro, um intenso intercâmbio comercial (e cultural) com países do Magrebe e da África sub-sahariana baseado no mais tradicional modelo centro-periferia e no esquema de especialização inter-setorial.

Importante ao longo da década de 70, o eixo Sul-Sul perde peso nos anos 80, com o recentramento do dinamismo econômico nos países desenvolvidos e com a estagnação da grande maioria dos países em desenvolvimento.

O fato é que os anos recentes testemunharam uma importância crescente destes dois grandes vetores da regionalização — bem como da própria força do fenômeno da regionalização: de um lado, a evolução lenta (e conflituosa) da OCDE em direção à harmonização de políticas e à liberalização dos fluxos comerciais e de investimentos; de outro, a consolidação da tripolaridade, tanto através da estruturação dos núcleos dos pólos, quanto — mais recentemente — com o desenvolvimento de iniciativas de articulação entre tais núcleos e as regiões que estruturalmente gravitam em torno deles.

Um trabalho recente de Wells, Jr. (1991) traz alguns elementos importantes para a compreensão da economia política da regionalização — em especial no continente americano — ao analisar as estratégias das empresas multinacionais (EMN) norte-americanas. Estas seriam plenamente compatíveis com o desenvolvimento da regionalização ao longo do eixo intra-pólos ou intra-blocos, o que explicaria tanto a despreocupação dos executivos das EMNs norte-americanas em relação aos perigos de um sistema de comércio baseado em blocos regionais, quanto o posicionamento favorável daqueles frente ao processo de constituição do mercado único europeu e à Iniciativa Bush.

Segundo Wells Jr. (1991), "embora as estratégias das multinacionais americanas sejam, em alguns aspectos, globais, em outros importantes aspectos as estratégias supostamente globais geraram padrões de comércio e de investimento que são sur-

preendentemente regionais. Além disto, as EMN americanas podem considerar-se em melhor condições para se aproveitar dos blocos regionais do que as EMN competidoras de outros países".

Na realidade, este é somente um exemplo da existência de fortes interesses econômicos e políticos que, nos três pólos centrais da economia mundial, contribuem para direcionar o processo de regionalização no sentido do segundo eixo definido, principalmente na fase de constituição e de consolidação interna de espaços econômicos ampliados.

• **Hipótese 3:** uma das consequências do desenvolvimento da regionalização ao longo destes eixos, em particular — embora não exclusivamente — do segundo eixo, é o fato de que ela passa a envolver não somente países com razoável grau de homogeneidade quanto a níveis de desenvolvimento e de renda e quanto aos mecanismos da regulação macro-econômica, mas países heterogêneos à luz de todos estes aspectos.

Assim, no interior da CEE, coloca-se a questão da integração entre a Europa do Norte e a Europa Mediterrânea, a política e os fundos de desenvolvimento regional da Comunidade se dedicando à aplicação de medidas (e recursos) voltados para reduzir o gap econômico e social entre as duas regiões. Temas como integração supra-nacional e "dualização" da Europa, emergência de desigualdades em função dos ajustamentos gerados no bojo da integração passam a merecer a atenção redobrada dos gestores do processo de unificação do mercado da CEE.

Mais recentemente, ressurgem tais questões, e com

ênfase ainda maior, nas negociações em torno do acordo de livre comércio entre os Estados Unidos e o México. O lançamento da Iniciativa Bush — cuja idéia envolve os países desenvolvidos da América do Norte e todos os países em desenvolvimento da América Latina — e a história do relacionamento econômico entre os Estados Unidos e os latino-americanos — marcado fortemente por um padrão centro-periferia de comércio e de especialização e por um modelo de gestão dos conflitos internacionais fortemente assentado na hierarquia e no recurso ao mecanismo da "influência assimétrica" (Mistral, 1986) — asseguram que o debate e as negociações em torno dos modelos de integração (Jaguaribe, 1991) entre países desenvolvidos e em desenvolvimento no continente americano deverão adquirir prioridade na agenda de política econômica externa de nossos países.

Cabe aos países em desenvolvimento articular dinamicamente o tema dos modelos de integração à questão mais geral da elaboração de uma nova estratégia e organização dos esforços de desenvolvimento a nível mundial, hoje praticamente abandonada em nome do receituário liberal do Washington consensus (Fanelli, Frenkel e Rozenworcel, 1990) hegemônico nos anos 80.

A percepção do potencial desestabilizador da dicotomia crescente entre um "centro" composto pela zona OCDE mais os NPIS da Ásia e um "resto do mundo" estagnado ao longo da década de 80 — ao qual se acrescentou, no final da década, a Europa do Leste em desagregação econômica e política — reforçam

na CEE, nos Estados Unidos e em organismos multilaterais a visão de que é imperativo redefinir o quadro das relações entre centro e periferia, adequando-o à estruturação hierárquica que caracteriza o modelo multipolar.

A instituição do BERD — Banco Europeu para a Reconstrução e o Desenvolvimento — e a Iniciativa Bush constituem, neste sentido, os primeiros movimentos de recomposição institucional do quadro de regulação das relações internacionais entre centro e periferias em bases compatíveis com a tripolaridade. Os esforços de harmonização de políticas no interior do G-7 e da OCDE e o debate sobre a criação de uma organização que gere internacionalmente o comércio e as finanças buscam compatibilizar as iniciativas de reforço da dinâmica intra-blocos com a configuração de um cenário cooperativo inter-pólos (Chauffour e Dourille-Feer, 1991).

• Hipótese 4: tais desenvolvimentos na economia mundial sugerem que se alteram significativamente os condicionamentos externos ao processo de integração Argentina-Brasil, quando se compara a situação atual àquela vigente no momento da assinatura dos Acordos (1986).

Os condicionamentos domésticos ao processo também se modificam drasticamente na medida em que ambos os países experimentam situações de profunda instabilidade macroeconômica — as políticas de estabilização adquirindo prioridade absoluta, neste contexto — e aprofundam (embora em graus muito diversos) a liberalização comercial e a abertura de suas economias em relação ao mundo.

Esta mudança no quadro de condicionamento domésticos e externos à integração produz um forte impacto sobre os fatores subjetivos — as disposições políticas — que moldam atitudes e estratégias dos agentes sociais em relação à integração dos dois países (conforme o trabalho de R. Lavagna apresentado deste livro).

A despeito da fixação de metas ambiciosas, com a assinatura da Ata de Buenos Aires, em 1990 e com a criação do Mercosul, em 1991, assiste-se, na Argentina e no Brasil, a um gradativo desgaste da integração sub-regional como alternativa estratégica de inserção na economia internacional, em benefício de uma política que combina a liberalização unilateral e generalizada e a valorização de projetos de integração com países ou agrupamentos situados nos núcleos dos pólos de comércio a que se fez referência (no caso, a valorização da Iniciativa Bush).

De uma maneira simplificada, pode-se argumentar que a economia política da integração do Cone Sul está submetida a um conjunto de condicionamentos que tendem a reduzir a importância do processo, diluindo-o em movimentos mais fortemente assentados nas tendências dominantes na economia mundial.

A pressão conjunta dos esforços de estabilização doméstica, da liberalização generalizada de importações e da tendência à regionalização ao longo do eixo intra-pólo (neste caso, ao longo do projeto norte-americano de integração continental )

reduzem o impacto e os incentivos à integração sub-regional. O desenho de políticas de estabilização nos países da sub-região pode colocar obstáculos suplementares ao processo, tal como ocorre com a adoção, pela Argentina, do programa de dolarização da economia; o aprofundamento da abertura da economia, a opção por explorar as vantagens comparativas estáticas e a livre conversibilidade da moeda nacional, configuram um quadro onde cresce a atratividade relativa da adesão incondicional — nos planos econômico e político — à Iniciativa Bush, vis à vis de projetos alternativos de integração.

• Hipótese 5: neste contexto, evidencia-se que o modelo de integração do Cone Sul será necessariamente mais "aberto ao mundo" em termos comerciais do que se concebia anteriormente. Ou seja, o requisito de compatibilidade em relação ao movimento de liberalização externa de nossas economias se impõe crescentemente ao processo de integração, mesmo se as diferenças no ritmo e no grau de abertura das duas grandes economias da sub-região sugerem que, neste quadro, dificilmente se desenvolverão interesses econômicos solidários dos dois lados da fronteira — o que seria essencial para assegurar o dinamismo da integração e ultrapassar sua dimensão meramente comercial.

Embora não seja nem inevitável, nem desejável que se dilua o processo integracionista no Cone Sul dentro de iniciativas mais amplas, é certo que este processo deverá ter em conta os efeitos da reorganização em curso na economia mundial — e, em especial, das tendências que regem a difusão da regionalização (Hipóteses 1 e 2) — buscando aproveitar as oportunidades

que dela derivam em termos de "reconexão" da sub-região com os centros dinâmicos da economia mundial.

Neste sentido, em sua estratégia de desenvolvimento e de negociação interna, bem como na eleição de prioridades, a integração do Cone Sul deve levar em conta a quase inevitabilidade de que se estabeleça algum tipo de relação preferencial entre a sub-região, os demais países — e sub-regiões — da América Latina e os Estados Unidos, ainda que esta relação não se confunda com o estabelecimento de uma área de livre comércio.

• Hipótese 6: as negociações entre o Executivo, o Legislativo e os grupos de interesse e pressão norte-americanos em torno da criação da zona de livre comércio entre os Estados Unidos e o México evidenciam um interessante processo em que se admite, cada vez mais, como contrapartida à assinatura do acordo, a adoção de uma cronologia de integração e de políticas de acompanhamento visando a reduzir os custos dos ajustamentos e a permitir a reconversão da mão de obra afetada pelos efeitos comerciais e de investimento do Acordo.

Ou seja, a primeira negociação ampla entre os Estados Unidos e um país latino-americano em torno da constituição de uma zona de livre comércio enseja a emergência de conflitos internos em cada um dos países e, como consequência, a busca de soluções de compromisso quanto ao timing e ao escopo da integração. Na prática, o modelo liberal de integração se adapta à realidade de um processo vinculando economias com níveis de



produtividade muito diferenciados. Para os latino-americanos, a feição que adquire o modelo de integração, em função de seus condicionantes, é mais compatível (do que o modelo "puro" FTA-Free Trade Agreement) com a idéia de que a exposição da economia menos desenvolvida à concorrência de uma economia mais poderosa seja complementada por políticas de investimentos, de transferência de tecnologia e de know-how gerencial, potencialmente aproximando-se do que Jaguaribe (1991) denomina modelo de "reestruturação de sistemas".

Neste cenário otimista, reduz-se o risco de que a Iniciativa Bush venha a funcionar como a dimensão internacional do modelo de ajustamento estrutural da economia norte-americana — dito de flexibilidade liberal (Coriat, 1990) — ao condicionamento maior do pós-fordismo que é o aprofundamento da internacionalização das economias nacionais.

Este ponto é fundamental para nossos países se os processos de integração supra-nacional tendem a reforçar configurações econômicas e sociais dualistas, esta ameaça se multiplica quando este processo envolve economias com níveis de produtividade muito distintos. Neste sentido, a liberalização comercial nas relações com um país de maior produtividade por si só não é suficiente para induzir uma dinâmica de reestruturação industrial capaz de upgrade a inserção internacional de nossas economias. Ao contrário, um modelo liberal de integração pode produzir uma reestruturação industrial "selvagem" — na realidade, uma desindustrialização — ampliando a heterogeneidade do aparelho produtivo do país menos desenvolvido, privile-

giando a exploração de vantagens comparativas estáticas e — mais grave — reforçando o dualismo econômico e social de nossos países.

● Hipótese 7: se a politização das relações econômicas internacionais é um traço essencial que acompanha a crescente importância atribuída ao princípio de reciprocidade na gestão das políticas comerciais, é talvez na dinâmica de regionalização que o papel dos fatores políticos e das disposições subjetivas na configuração daquelas relações se revela mais forte. Há cerca de dois anos, artigos de economistas renomados quase ironizavam a idéia de um acordo entre o México e os Estados Unidos.

De fato, uma avaliação "economicista" da viabilidade dos processos de integração desemboca quase invariavelmente no diagnóstico de sua inviabilidade, ressaltando dificuldades e obstáculos macroeconômicos, estruturais etc. A leitura oposta, não menos inadequada, desconsidera os condicionamentos econômicos e políticos e substitui o entendimento da economia política da integração pela afirmação retórica da vontade política.

Enquanto o "economicismo" se desdobra politicamente na paralisia e no desinteresse face às iniciativas integracionistas, o "politicismo" dá lugar a projetos voluntaristas e ao distanciamento das metas de integração em relação às condições objetivas e subjetivas em que o processo ocorre. Face a estas armadilhas, a alternativa consiste em substituir o estabelecimento de metas políticas por uma intensa política de negocia

ção interna a cada país e entre os parceiros da integração, buscando engendrar o círculo virtuoso entre vontades políticas e interesses econômicos que pode tornar irreversível a dinâmica integracionista.

BIBLIOGRAFIA

- CHAUFFOUR, J.P. e DOURILLE-FEER, E. (1991) - Le lien entre commerce et finance internationale - Economie Prospective Internationale - n° 45, 1<sup>ème</sup> trimestre, CEPII, Paris.
- CORIAT, B. (1990) - L'atelier et le robot - Ed. Christian Bourgois, Paris.
- DORNBUSCH, P. (1991) - Dornbusch on trade - in The Economist, may 4<sup>th</sup>, London.
- FANELLI, J.M.; FRENKEL, R.; ROZENWURCEL, G. (1990) - Growth and structural reform in Latin America. Where we stand - Documentos CEDES 57 - B. Aires.
- HUFBAUER, G. (1989) - Beyond GATT - in Foreign Policy n° 77, Winter, Washington, D.C.
- JACQUEMIN, A. e SAPIR, A. (1990) - La perspective 1992 et el Paprés Uruguay Round - Economie e Prospective Internationale n° 44, 4<sup>ème</sup> trimestre, CEPII, Paris.
- JAGUARIBE, H. (1991) - O Brasil e a Iniciativa Bush - in O Brasil e o Plano Bush - org. J.P. Reis Velloso, Ed. Nobel, São Paulo.
- LAFAY, G. e UNAL-KESENCI, D. (1991) - Les trois pôles géographiques des échanges internationaux - Economie Prospective Internationale - 1<sup>er</sup> trimestre, CEPII, Paris.

- LAWRENCE, R.Z. (1991) - The world trading system in the nineties: scenarios and implications for developing countries. OECD Development Centre - Unedited draft - Paris.
- MISTRAL, Jr. (1986) - Régime international et trajectoires nationales - in Capitalismes fin de siècle - org. R. Boyer - P.U.F. - Paris.
- WELLS JR., L.T. (1991) - Conflict or indifference: global strategies of american multinationals in a world of regional trading blocs - OECD Development Centre - Unedited draft - Paris.

Ajudando o Brasil a expandir fronteiras

- 163 *O acesso da China à OMC: implicações para os interesses brasileiros.*  
Lia Valls Pereira e Galeno Tinoco Ferraz Filho. Set/2005.
- 162 *Subsídios (ao milho e derivados) e barreiras comerciais: mecanismos e artifícios que anulam a vantagem comparativa do Brasil nos mercados norte-americano e europeu em açúcar, etanol, manitol e sorbitol.*  
Aluísio G. de Lima Campos. Fev/2004.
- 161 *Relações econômicas bilaterais Brasil-Rússia: perspectivas de ampliação.*  
João Bosco Machado e Carlos Serapião Júnior. Jul/2003.
- 160 *Focando a política de promoção de exportações.*  
Ricardo A. Markwald e Fernando Puga. Set/2002.
- 159 *Diversificação regional das exportações brasileiras: um estudo prospectivo.*  
Renato da Fonseca. Set/2002.
- 158 *Um levantamento de atividades relacionadas à atividade exportadora das empresas brasileiras: resultados de pesquisa de campo junto a 460 empresas exportadoras.*  
Galeno Tinoco Ferraz Filho e Fernando José Ribeiro. Set/2002.
- 157 *O viés anti-exportador: mais além da política comercial.*  
Pedro da Motta Veiga. Set/2002.
- 156 *A institucionalidade da política brasileira de comércio exterior.*  
Pedro da Motta Veiga e Roberto Magno Iglesias. Set/2002.
- 155 *Política comercial brasileira: limites e oportunidades.*  
Marcelo de Paiva Abreu. Set/2002.
- 154 *Promoção de exportações via internacionalização das firmas de capital brasileiro.*  
Roberto Magno Iglesias e Pedro da Motta Veiga. Set/2002.
- 153 *O comércio exterior brasileiro de bens de capital: desempenho e indicadores por grupos de produtos.*  
Fernando J. Ribeiro e Henry Pourchet. Jul/2000.
- 152 *O comércio exterior brasileiro de calçados e têxteis: desempenho e indicadores por grupos de produtos.*  
Fernando J. Ribeiro e Henry Pourchet. Jul/2000.
- 151 *Diretrizes de promoção comercial para as exportações do Rio Grande do Sul.*  
Pedro da Motta Veiga, Mário C. de Carvalho Júnior, Leda Hahn e Galeno Tinoco Ferraz Filho. Jun/2000.
- 150 *Desempenho exportador do Rio Grande do Sul.*  
Pedro da Motta Veiga e Mário C. de Carvalho Júnior. Jun/2000.
- 149 *Impacto del proceso de integracion del Mercosur sobre el sector calzado.*  
Marta Bekerman, Paulo Guilherme Corrêa e Laens S. Nov/99.
- 148 *Impacto del proceso de integracion del Mercosur sobre el sector farmaceutico.*  
Marta Bekerman, Paulo Guilherme Corrêa e Laens S. Nov/99.
- 147 *Barreiras às importações nos Estados Unidos da América, Japão e União Européia: estimativas do impacto sobre as exportações brasileiras.* Honório Kume e Guida Piani. Out/99.
- 146 *Barreiras externas às exportações brasileiras: 1999.*  
Renato Fonseca, Mário C. de Carvalho Jr., Galeno T. Ferraz Filho, Henry Pourchet, Ricardo Markwald e Fernando C. da Silva. Out/99.
- 145 *Uma estratégia para a promoção comercial das exportações nordestinas.*  
Ricardo Andrés Markwald e Pedro da Motta Veiga. Out/99.
- 144 *Indústrias de plásticos: desenvolvimento do potencial exportador das empresas de 3º geração.*  
João Bosco M. Machado e Galeno Tinoco Ferraz Filho. Jul/99.
- 143 *Subsídios ao milho e aos derivados do milho nos mercados dos Estados Unidos e da União Européia.*  
Aluísio G. de Lima Campos. Jul/99.